ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÁÇOVAS

ATA Nº 16

REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE 30 DE JUNHO DE 2021

No dia trinta de junho de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas e dezassete minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia de Alcáçovas em sessão ordinária, na Sociedade União Alcaçovense, tal como previsto na lei n.º 1-A/2020 de 19 de março, com as alterações introduzidas no descrito no n.º 5 do artigo 3.º da Lei n.º 28/2020 de 28 de julho, com um limite máximo de 20 fregueses. ----------

Os pontos constantes da ordem de trabalhos foram os seguintes: ----------

1) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão; ----------

2) Aprovação da ata da sessão do dia 22/04/2021; ----------

3) Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas referente ao ano económico de 2020; ----------

4) Proposta de aprovação da 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa; ----------

5) Apreciação da informação escrita sobre a atividade da Junta. ----------

A senhora Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão e procedeu à verificação das presenças. Estiveram presentes os seguintes vogais: ----------

- Marília de Jesus Vaz Rasquinho, que presidiu; ----------
- Carla da Esperança Canelas Merca; ----------
- Mário Gonçalo Louro Grave; ----------
- Joaquim António Fontes Gomes; ----------
- Francisco José Galrote Vinagre; ----------
- Joana de Carvalho Galvão, em substituição do vogal Bruno Miguel Guimarães Borges; ----------

Verificaram-se as faltas dos vogais: ----------

- Anabela João Baguinho Fura Fadista; ----------
- Sílvia Isabel Amado Pacheco; ----------
- Nuno Duarte Boteta Gomes. ----------

Em representação da Junta de Freguesia estiveram presentes o senhor Presidente Manuel António Calado, a senhora secretária Sandra Sim Sim e o senhor tesoureiro Mário Tanganho. ---

A senhora Presidente da Assembleia deu conhecimento da correspondência recebida e mediante votação por escrutínio secreto, a mesa justificou por unanimidade a falta da vogal Anabela João Baguinho Fura Fadista à presente sessão. ----------

A senhora Presidente propôs à Assembleia a alteração da redação do ponto 4 da ordem de trabalhos e esclareceu que o protocolo com os CTT que acabou de ser entregue aos membros desta Assembleia, só hoje foi a reunião de Junta e como tem que passar também pela Assembleia de Freguesia, é um assunto que terá que ficar resolvido hoje porque o documento terá que ser remetido aos CTT, amanhã de manhã. ----------

Interveio o senhor Presidente da Junta para esclarecer que os CTT enviaram o documento à Junta há cinco ou seis dias e queriam uma resposta dentro de cinco dias, não havendo tempo para convocar uma Assembleia Extraordinária, falou com a senhora responsável e disse-lhe que não dava para lhe mandar o documento no prazo que exigiam, a senhora voltou a insistir, o

senhor Presidente voltou a dizer que não podia enviar os documentos sem passarem pela Assembleia de Freguesia e então a senhora concordou que o documento viesse hoje à Assembleia e fosse enviado amanhã logo de manhã. ----------
A senhora Presidente da Assembleia colocou a votação a alteração do ponto 4 da ordem de trabalhos, tendo sido aprovada por unanimidade, passando o mesmo a ter a seguinte redação: 4) Aprovação do novo protocolo com os CTT, em que a ANAFRE é intermediária. ----------
A senhora Presidente da Assembleia propôs um voto de pesar pelo falecimento trágico da nossa conterrânea Ana Maria Martins Sim Sim. Tendo sido aceito por unanimidade, foi manifestado o voto de pesar. ----------
Entramos no período antes da ordem de trabalhos. ----------
Interveio o senhor Joaquim Gomes, que voltou a falar sobre o concurso e disse o seguinte: "em relação ao problema do concurso que temos vindo a falar, o doutor Advogado disse que tinha enviado uma minuta onde constava a situação da categoria da carta, eu gostava de saber se realmente esse documento foi visto e se tinha lá a carta de categoria C ou não, queria ser esclarecido". ----------
Interveio a senhora Presidente da Assembleia que respondeu que o assunto está em tribunal, contudo pede ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia para esclarecer sobre o mesmo.----------
O senhor Presidente pediu autorização para passar a palavra à funcionária Maria Inês Branco, uma vez que não fez parte do júri nem da organização do processo. ----------
Interveio a funcionária Maria Inês Branco que referiu que o processo está na justiça, portanto não se deve pronunciar sobre o assunto. - ----------
Interveio a senhora Presidente da Assembleia para reforçar que se devem aguardar as ordens do tribunal e que, com certeza que as pessoas vão ser chamadas e em Tribunal tudo será esclarecido. ----------
O vogal Joaquim Gomes pediu a palavra para afirmar o seguinte: "isto é uma questão do pré, é antes do processo do concurso e estou apenas a perguntar se naquela minuta que o senhor doutor enviou para a Junta constava lá a categoria da carta ou não. Não estou a perguntar nada em termos de matéria do processo, estou a referir-me àquele documento. Se eu estivesse numa situação destas e a ouvir o que senhor doutor disse, eu tinha que perceber". ----------
O senhor Presidente da Junta respondeu que não tem mais nada a acrescentar em relação ao concurso. ----------
Interveio a senhora Presidente da Assembleia, para informar o senhor Joaquim Gomes que terá mesmo que aguardar pela resposta do tribunal. ----------
Interveio o senhor Joaquim Gomes e disse "com certeza que o tribunal não me vai dizer se a Junta recebeu lá ou não aquele documento, vai-me falar sobre matéria de processo de concurso. Eu só queria tentar perceber quem errou". ----------
Interveio a senhora Presidente da Assembleia, para realçar que, o assunto do concurso está em tribunal e que se deve aguardar pela decisão.----------
Interveio o senhor Joaquim Gomes, e disse: "fica aqui a não vontade de responder". ----------
Não houve lugar a intervenções do público, antes do período da ordem do dia. ----------
A senhora Presidente da Assembleia de Freguesia deu início à ordem de trabalhos: ----------
1º Ponto) Proposta de aprovação da minuta da ata no final da sessão; ----------

Deliberou-se por unanimidade aprovar a ata em minuta no final da sessão. ----------
2º Ponto) Aprovação da ata da sessão do dia 22/04/2021; ----------
-Submetida a votação foi aprovada por maioria, a ata da sessão anterior, estando impedida de votar a vogal Joana de Carvalho Galvão por não ter estado presente na referida sessão. ----------
3º Ponto) Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas referente ao ano económico de 2020; ----------
Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, que esclareceu que "em relação à prestação de contas era prática corrente ser aprovada na Assembleia de Abril, atendendo à situação pandémica e às instruções que foram dadas pelo Governo Português, foi aprovado em abril a demonstração de desempenho orçamental e a respetiva distribuição dos saldos excedentes pelas várias rubricas da receita e da despesa, para o corrente ano económico de 2021. A mesma seria feita na reunião ordinária de junho e foi feita em abril. Houve aqui uma alteração, o que era para ser feito em junho foi em abril e o que para ser feito em abril está a ser feito agora em junho. O saldo da gerência neste período foi de 45 238,38 €. ----------
Interveio a vogal Joana Galvão, que pediu esclarecimento sobre a verba que não se gastou em festas, como por exemplo na semana cultural, se foi canalizada para outros serviços ou atividades.....
O senhor Presidente da Junta pediu autorização para passar a palavra à funcionária Maria Inês Branco. ----------
Interveio a funcionária Maria Inês Branco, para informar que a verba existente na despesa corrente para os projetos que estavam em PPA (Plano Plurianual de Ações Mais Relevantes) e que não foram realizados, atendendo à situação, foi canalizada para projetos relacionados com o COVID. A funcionária deu como exemplo a situação de muitas mortes por COVID 19, no final do ano, em que a Junta recorreu a uma empresa de serviços externos. ----------
Submetidos a votação os documentos foram aprovados por maioria, com cinco votos a favor e uma abstenção por parte da vogal Joana de Carvalho Galvão. ----------
4º Ponto) Aprovação do novo protocolo dos CTT, em que a ANAFRE é intermediária; ----------
Interveio o senhor Presidente da Junta e afirmou que: "isto é um protocolo que a ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias, negociou diretamente com os CTT, no qual as Juntas que fazem parte da ANAFRE foram englobadas. A Junta recebia normalmente 457.56 € e passará a receber 707.69 €, aproximadamente, existe aqui um aumento gradual. Isto é um ajuste ao protocolo que a Junta tinha com os CTT, foi uma adenda feita ao protocolo existente, a Junta não foi ouvida neste processo, foi a ANAFRE que negociou diretamente com os CTT. ----------
A vogal Joana Galvão pediu a palavra e disse: "ao nível de prestação de serviços que existe atualmente à população, mantêm-se tudo igual com esta adenda? Pelo que li assim na diagonal e pelo que o senhor Presidente disse, basicamente foi a ANAFRE que celebrou um protocolo com os CTT de forma a uniformizar a prestação de serviços para as freguesias que têm este tipo de protocolos com os CTT, o horário também já percebi que se mantém". ----------
O senhor Presidente da Junta respondeu que, vai ter no dia dois uma reunião com uma responsável dos CTT e aí ficará a saber mais algumas respostas.----------
A senhora Presidente frisou que faria mais sentido a reunião ter sido antes. ----------

Interveio a funcionária Maria Inês Branco, para explicar que a questão da ANAFRE ser intermediária é porque existiam muitas Juntas de Freguesia que estavam a utilizar os antigos postos dos CTT e a ANAFRE queria que todas as Juntas ficassem com a verba equiparada, daí este protocolo. ----------
Interveio a vogal Joana Galvão que questionou se o contrato produz efeito a partir do dia um de outubro de dois mil e vinte? ----------
O senhor Presidente da Junta, respondeu que sim, porque tem efeitos retroativos. ----------
A vogal Joana Galvão salientou que precisava de ter mais tempo para analisar o documento e para conseguir esclarecer algumas dúvidas----------
Interveio o senhor Presidente da Junta, que respondeu que: "ler este documento e analisá-lo não é fácil, eu não tive tempo de fazer uma análise profunda, mas pelo que a ANAFRE me disse e foi quem negociou, nós vamos aceitar". ----------
Submetida a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com três votos a favor e as abstenções dos vogais Joaquim António Fontes Gomes, Francisco José Galrote Vinagre e Joana de Carvalho Galvão, que fez uma declaração de voto: ----------
"Conhecendo a importância dos serviços e sendo totalmente a favor da manutenção desta prestação de serviços, também me congratulo com esta uniformização dos serviços que significa igualdade entre os vários fregueses do nosso país, não posso dizer que sim a um documento que não tive oportunidade de ler e analisar e nem sei se a nossa Junta ou os nossos fregueses serão prejudicados, portanto não posso estar a dizer que sim a uma coisa que eu desconheço. Reconhecendo a importância desta prestação de serviços, parece-me um pouco mal e devia haver aqui uma posição por parte da Junta, enviaram um documento e vocês executivo, se calhar também não têm tempo de analisar da melhor maneira e têm que dizer sim, porque é do vosso interesse e entendo o vosso lado, querem manter o serviço". ----------
Interveio o senhor Presidente da Junta, que reforçou que foi o que disse à D. Guilhermina dos CTT, não lhe parecendo que esta adenda venha alterar o protocolo que já existe. Segundo o que percebeu, a adenda vem mais no sentido de alterar o valor da prestação de serviços que era relativamente baixo. Reforçou mais uma vez que, os CTT não negociaram com a Junta de Freguesia, foram chamados só dizer se queriam ou não este aumento de valor----------
Interveio o senhor Francisco Vinagre, que verbalizou o seguinte: "aqui no meu entender não basta ver o preço das prestações de serviço, isto é um documento muito extenso e tem de se analisar tudo o que está aqui, pode haver contrapartidas, temos que analisar antes de dizer que sim ou que não, isto é, o meu entender". ----------
O senhor Presidente da Junta disse concordar plenamente com tudo o que foi dito. ----------
Interveio a vogal Joana Galvão, que questionou o seguinte: "e a ANAFRE onde é que é vista e achada? A ANAFRE é uma entidade credível e de confiar, agora não podemos tomar como princípio apresentarem-nos um documento e queiram que nós digamos que sim, quando não sabemos o que está em causa, confiando claro, mas fica sempre essa reticência. Imagine que agora adota-se para futuro, há uma situação urgente, não lemos, aprovamos e segue. É a nossa posição. Desconhecer o documento e estar com reticências em votar a favor de uma coisa que não analisou, também não me parece correto. E penso que até neste processo de negociação a

Junta terá sido ouvida ou então não, pela ANAFRE, uma vez que isto é a nível nacional, acredito que as Juntas pudessem ter sido ouvidas. Não tinham conhecimento deste processo?" ----------
A senhora Presidente da Assembleia, reforçou que o senhor Presidente da Junta já disse que o assunto foi tratado entre a ANAFRE e os CTT. O documento foi analisado em reunião de Junta, se calhar não foi com pormenor, como já aqui foi referido, devido à urgência em se tratar do assunto. ----------
5º Ponto) Apreciação da informação escrita sobre a atividade da Junta; ----------
Não houve lugar a intervenções. ----------
Encerrada a ordem de trabalhos, entrámos no período após a ordem do dia. ----------
Interveio o senhor António Luís Mendes, para questionar o senhor presidente sobre o fato de ultimamente não ver o Dumper na vila, nos trabalhos. "Passa-se alguma coisa com o Dumper, está avariado, sabe-me dizer alguma coisa?" ----------
Interveio o senhor Presidente da Junta que respondeu o seguinte: "posso dizer que o Dumper não está a trabalhar, porque não é da Junta de Freguesia, dado que não tem documento nenhum. É um problema que se viu agora com o desenrolar do processo. Apercebemo-nos que o Dumper não está legalizado.
Eu não sei explicar muito bem, mas se o Dumper for fiscalizado pela GNR, e se a GNR for introduzir os dados para saber de quem é o Dumper não aparece o dono. Face a essa situação o Dumper está parado, neste momento não é da Junta de Freguesia". ----------
Interveio o senhor António Luís Mendes, para perguntar ao senhor Presidente, quem é que conseguia tirar o seguro do Dumper, se não têm proprietário? ----------
Interveio o senhor Presidente da Junta e disse: "eu acho que foi feita pela Junta de Freguesia uma inspeção ao Dumper, puseram-lhe uma matrícula e baseado nisso a companhia fez o seguro, eu também não vou acrescentar mais porque, é um processo que se irá desenrolar, nós não temos capacidade para isso, teremos que entregar o assunto a alguém de direito que possa ajudar a resolver essa situação, porque neste momento o executivo não sabe o que há-de fazer. Não é desculpa, porque o executivo tem que saber o que fazer, mas para isso tem que se munir das ferramentas necessárias para que possa dar andamento ao processo. Não lhe sei dizer mais nada neste momento". ----------
A senhora Presidente da Assembleia perguntou ao senhor Presidente da Junta há quanto tempo tinha sido adquirido o Dumper e se tinha sido no mandato anterior. ----------
O senhor Presidente da Junta, respondeu, que: "o Dumper foi adquirido salvo erro em 2014, o senhor Mendes é capaz de saber, era ele que cá estava". ----------
O senhor António Luís Mendes, interveio e perguntou se o Dumper foi pago, não houve faturas, não houve declaração de venda, não houve documentos? ----------
A senhora Presidente da Assembleia sublinhou que o Dumper foi adquirido, quando o senhor Mendes era membro da junta de freguesia. ----------
O senhor António Luís Mendes respondeu que não fazia lá escrita nenhuma, era secretário e continuou afirmando o seguinte: "É de estranhar, não lhe estou a dizer que o senhor é culpado, mas como é que passa tanto tempo, a matrícula foi emitida por uma firma certificada". ----------
O senhor Presidente da Junta explicou: "temos um ajuste com uma empresa de advogados, mas é um ajuste muito pequeno, é o que se combinou, e as coisas às vezes não são logo

resolvidas e este é um processo que vamos levar para futura resolução. Não estamos aqui a culpar ninguém. Vamos levar o assunto ao doutor para que ele nos diga como resolver a questão". ----------
O senhor António Luís Mendes, levantou a seguinte questão: "o Dumper foi matriculado em meu tempo, ao ser-lhe atribuída a matrícula não lhe é atribuído um título de registo de propriedade, como é que isso funcionou." ----------
O senhor Presidente da Junta pediu autorização para a intervenção da funcionária Maria Inês Branco, que explicou que a única coisa que houve foi a inspeção e a classificação do veículo e depois não foi registado. ----------
Interveio o senhor António Luís Mendes, afirmou que quando existe a classificação do veículo é lhe atribuída uma matrícula para poder ser registado e aquela matrícula não é atribuída por uma empresa qualquer. Ainda na posse da palavra perguntou quem é que tinha que registar a empresa ou a junta. ----------
Mais uma vez a pedido do senhor Presidente da Junta, respondeu a funcionária Maria Inês Branco: "Pois, pergunta bem". ----------
Interveio o senhor Presidente da Junta, que disse: "sinceramente pode ser que na próxima Assembleia já tenhamos matéria suficiente para lhe responder, porque neste momento não lhe posso acrescentar mais nada porque eu não sei. Só sei que o veículo não pode andar na via pública, porque não tem registo de propriedade". ----------
Interveio o senhor Joaquim Gomes, que colocou a questão: "o senhor Presidente disse que era por isso também, mas são mais situações ou é só essa que impede que a viatura ande na via pública". ----------
O senhor presidente da Junta respondeu: "é só por isso, o resto já foi dito. Nós não estamos a complicar, estamos a tentar perceber o que é que se passou com aquele veículo". ----------
O senhor António Luís Mendes pediu a palavra para perguntar, quando é que a situação foi detetada. ----------
A senhora Presidente da Assembleia referiu que o senhor Presidente da Junta já tinha dito que foi durante a situação do concurso. ----------
O senhor António Luís Mendes perguntou: "mas isso pode ter sido ontem ou pode ter sido há dois meses. O senhor Presidente disse que o doutor ainda não teve tempo para ver". ----------
Interveio o senhor Presidente da Junta para responder que foi depois da situação que o senhor Gomes apresentou, em que parecia que o presidente da Junta tinha cometido um crime por colocar uma pessoa sem carta a conduzir o veículo. E nós fomos ver se o Dumper era pesado ou ligeiro, e não se acharam os documentos, isto talvez há dois meses". ----------
Interveio o senhor António Luís Mendes para questionar o senhor Presidente: "e nesse período o advogado ainda não teve tempo para pegar nisso e analisar esse processo, para tentar resolver, uma máquina que está a fazer falta todos os dias na rua, está parada". ----------
Usou da palavra o senhor Presidente da Junta: "eu não posso responder pelo trabalho do doutor advogado, ele é que o gere, está a gerir as coisas que lhe vamos levando e dentro do possível vamos-lhe sempre pedindo conselhos, e esta é uma das situações que lhe vai ser pedida". ----------

Interveio o senhor António Luís Mendes, para perguntar se já tinha sido pedida. ----------
O Senhor Presidente da Junta respondeu que já tinham falado nisso, mas ainda não tinha sido feito o pedido. ----------
Interveio o senhor António Luís Mendes para afirmar que: "ter uma máquina destas que faz falta, parada. Há mais de dois meses que isso foi detetado e está tudo em banho maria, é só pelo fato do Dumper não ter registo que não está na rua? É o fato de não haver motorista para o Dumper? Era isso que eu gostava de ver esclarecido, porque andamos aqui a empurrar e a sacudir a água do capote". ----------
O senhor Presidente da Junta, respondeu: "eu não ando aqui a sacudir a água do capote, eu sou uma pessoa de princípios e a última coisa que eu faço é prejudicar o meu próximo, eu prefiro ficar prejudicado. Mas é um fato termos visto isso há dois meses, eu já falei com o doutor advogado e possivelmente dentro de uma semana ou duas ele irá dizer o que se deve fazer, agora eu não posso é obrigar o doutor advogado a dar uma resposta em três dias. Em relação ao Dumper já esclareci o que tinha a esclarecer. ----------
Interveio o senhor Francisco Vinagre que disse: "eu desconhecia totalmente esta situação, mas quando há uma transação de bens há um vendedor e um comprador, como é que é possível haver uma situação destas e num serviço público, gostava que alguém me explicasse se possível". ----------
O senhor Presidente da Junta respondeu: "eu compreendo o que tu me estás a dizer, mas eu não posso estar a responder por coisas que não conheço e que foram feitas no tempo em que eu não estava no executivo da Junta. Esse executivo ou alguém que tivesse estado interessado nesse processo é que podia saber alguma coisa. Eu só sei que nada sei em relação à questão, mas o executivo está interessado em esclarecer a situação. ----------
Interveio o senhor Francisco Vinagre e afirmou: "com certeza há material inventariado, onde possivelmente consta essa máquina e então como é que não tem documentação?" ----------
O senhor Presidente informou que o inventário está a ser feito neste momento, nunca ninguém fez inventário, começámos agora nós e ainda não está pronto. Possivelmente está lá metido no inventário como sendo da Junta, mas a verdade é que não é, até se resolver o problema. ----------
Interveio o senhor João Penetra, que afirmou que: "como cidadão, estou atento aos assuntos da freguesia e falando da questão dos CTT obviamente que como cidadão sempre fui favorável a que os CTT mantivessem os serviços e não tivessem que passar para ninguém. Percebo perfeitamente que a Junta na altura tivesse aceitado esse serviço para que isso não passasse para um privado e estou de acordo com isso. No início deste mandato também tive a oportunidade de aqui, como cidadão, manifestar a minha opinião de que os serviços dos CTT se deviam manter onde estavam e não passarem para a Junta de Freguesia, sabendo que isso acarreta mais custos para a Junta. De qualquer forma queria só aqui reforçar que, a união faz a força e senão houvesse uma instituição como é a ANAFRE possivelmente as Freguesias ficariam muito prejudicadas, como têm estado a ser. Manifesto aqui a minha satisfação de haver agora um acordo retroativo a outubro de 2020. De qualquer forma concordo com aquilo que a Joana disse. Acho que os senhores dos CTT têm que ter mais respeito pelos órgãos eleitos, nomeadamente as Juntas de Freguesia e as Assembleias de Freguesia. Existe legislação que diz

que os documentos têm que ser apreciados durante um determinado período e obviamente uma Junta e um Presidente de Junta terem que dar uma resposta sem analisar o documento é complicado e uma Assembleia de Freguesia também. Obviamente compreendo tudo aquilo que foi dito. Eu não vi o documento, mas por aquilo que ouvi parece-me que foi benéfico para a Junta de Freguesia. Passar de quatrocentos e tal euros para setecentos e tal por mês é quase o dobro e percebo que por parte do senhor Presidente não queira perder essa oportunidade e queira acelerar o processo. Queria dizer que fico satisfeito que esse protocolo seja feito e fica aqui reforçado também a importância que é pertencer e não deixar de pertencer a órgãos como a ANAFRE. Em relação ao Dumper eu desconhecia essa situação. Parece-me que o problema não é da propriedade do Dumper, mas sim do registo, ele não está é registado, deve haver alguma fatura obviamente que não ia haver um pagamento sem uma fatura, o problema é resolúvel, mas às vezes há males que vêm por bem se não fosse o fato do senhor Gomes ter levantado o problema é ligeiro ou é pesado, se calhar ainda não se tinha verificado que o Dumper não estava registado e se houvesse um acidente não sei como é que seria. Parece-me que não é assim de difícil resolução, se há um documento de compra pode-se provar que foi comprado e tentar o registo, mas obviamente dá trabalho e espero que seja resolvido com a maior brevidade possível". ----------

O senhor Presidente respondeu que vão tentar resolver o problema quanto mais depressa melhor. E informou que neste momento o executivo da Junta está a atravessar um momento muito difícil por causa da falta de pessoal. Os trabalhos que deviam ser feitos hoje se calhar vão ser feitos daqui a dez dias e vão começando a aparecer situações como a das ervas e as pessoas vão começar a falar, "mas temos que aceitar" e é normal que cause apreensão na população. Referiu ainda que há muito trabalho e pouca gente, mas que não estão distraídos com a vila e sabem que já andou melhor do que está agora. Há pessoal pedido ao IEFP.. Para contratar empresas fica muito caro, colocar pessoas a recibo verdes poderá ser uma hipótese. O executivo está atento aos problemas da Vila mas há muitas dificuldades em fazer melhor do que aquilo que se está a fazer. ----------

Não existindo mais intervenções no período após a ordem do dia, a senhora Presidente da Assembleia de Freguesia declarou encerrada a sessão às vinte e duas horas e trinta minutos do dia trinta de junho de dois mil e vinte e um, tendo sido submetida a votação, a minuta da ata relativa à presente sessão que foi aprovada por unanimidade. ----------

Alcáçovas, 20 setembro 2021

A Presidente da Assembleia Marilia de Jesus Vaz + Rosinho

O primeiro Secretário Carla da Esperança Canelas Merca

O segundo Secretário Mário Gonçalo Grau